

Uma polêmica em torno dos escritos de Marx sobre o colonialismo

FLÁVIO MIRANDA*

Se a desigualdade entre países que se inserem de modo diverso no mercado mundial salta aos olhos de qualquer observador atento, alguns estudiosos da obra de Marx, incluindo marxistas, apontam que pelo menos até meados dos anos 1850 o autor sequer seria capaz de conceber tal desigualdade como resultado necessário do desenvolvimento da sociabilidade burguesa. Ou, para ser mais preciso, no referido período Marx teria pensado à moda liberal a superação das desigualdades no desenvolvimento econômico geral, compreendendo o problema como algo a ser resolvido pela própria disseminação do modo de produção capitalista.

Sem dúvida, à época citada Marx ainda não dispunha do aparato categorial apropriado para a análise dos determinantes da desigualdade no desenvolvimento econômico geral: a lei do valor. No entanto, é precoce e enfática a rejeição do autor a qualquer esquema histórico de tipo “unilinear”,¹ assim como a formulação de uma concepção ontológica para o ser social que reconhece e oferece meios para se pensar a “multilinearidade” do desenvolvimento,² usando a terminologia dos

* Professor de Economia Política no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e pesquisador associado ao NIEP-Marx. E-mail: flavioferreiramiranda@hotmail.com.

1 Como aparece claramente nas críticas de Marx à filosofia da história em *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*, isto é, a rejeição de qualquer “receita ou esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (Marx; Engels, 2007, p.95). Para uma discussão desses textos com foco na concepção marxiana para a historicidade no âmbito do ser social, ver Miranda (2016, p.58-89).

2 Como anota Marx nos *Manuscritos de 1844*: “[...] toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem” (Marx, 2004, p.114, grifos do autor). Por uma questão de escopo não podemos desenvolver uma demonstração desse argumento, nem discutir em detalhes o tipo de teoria da história que daí emana. Sobre isso, ver Lukács (2012, p.339-422).

autores com quem debateremos nesta seção. Ademais, ressalte-se que tal perspectiva comparece como elemento fundamental da teoria marxiana até mesmo em seus momentos mais maduros.³

O ponto de partida para as análises contemporâneas mais influentes dos escritos de Marx sobre o colonialismo e o mercado mundial é, em geral, o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. Segundo Kohan (2009), o texto revelaria “*una tensión interna en su [de Marx] pensamiento y en su discurso teórico acerca de la historia*” (Kohan, 2009, p.340, adendo nosso). Essa tensão apareceria de maneira “*inegable y contundente*”, por exemplo, no seguinte trecho:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. [...] Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (Marx; Engels, 2010, p.44)

As interpretações debatidas neste artigo apontam no trecho em destaque provas de uma noção de progresso em Marx, do que, em princípio, não estaríamos dispostos a discordar. De fato, à obra marxiana subjaz uma noção ontológica de progresso. Sinteticamente, a concepção marxiana implica uma perspectiva para o desenvolvimento histórico que intenta captar teoricamente o processo de complexificação do ser social. Esse processo, que tem por condição o desenvolvimento das forças produtivas, evidencia-se de maneira triplíce: no recuo das barreiras naturais, isto é, na crescente dominação da natureza; na redução no tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução humana; e na explicitação do gênero humano, como realidade não mais muda.⁴

O parágrafo supracitado do *Manifesto* inscreve-se na caracterização inicial oferecida por Marx da “sociedade burguesa moderna”, cujo modo de produção “criou o mercado mundial, preparado pelo descobrimento da América” (ibid., p.41). O mercado mundial “acelerou o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação”, o que, por sua vez, impulsionou “a expansão da indústria” (ibid.). Nesse processo são dissolvidas as relações de produção legadas pela Idade Média, evidenciando que a sociabilidade burguesa moderna e suas correspondentes relações de produção resultam “de um longo processo de desenvolvimento” (ibid.).

3 Para uma demonstração deste argumento, ver Miranda (2016, p.29-89).

4 Seguimos aqui, fundamentalmente, as indicações de Lukács. Para o autor: “*En la evolución económica precedente podemos percibir tres líneas evolutivas tales que, por cierto, se han desarrollado, ostensiblemente, de un modo a menudo muy asimétrico, pero independientemente de la voluntad y el saber subyacentes a las posiciones teleológicas*” (Lukács, 2004, p.47).

Para além do carácter histórico da sociedade burguesa, os objetivos do texto em análise impõem a caracterização da historicidade de seu modo de produção, isto é, de algumas de suas tendências gerais. Em especial, Marx constata que o modo de produção capitalista, por suas próprias leis de movimento, representa um impulso sem precedentes históricos ao progresso, no sentido ontológico supracitado:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. *Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes.* (ibid., p.43, grifos nossos)

A constatação desse progresso prescinde de julgamento de valor. Isso não significa, claro, que não se possa julgá-lo, nem que o próprio Marx não o tenha feito, mas que, independentemente disso, pode-se dispor de um critério objetivo para afirmar que uma determinada formação social é superior ou inferior a outra. O que interessa a Marx, através da crítica a sociedade burguesa, é apontar o comunismo como uma possibilidade posta pelo modo capitalista de produção e, ao mesmo tempo, uma forma de organização social desejável, na medida em que corresponderia à superação da alienação das capacidades humanas. Essa é a grande questão do *Manifesto*; essa é a dimensão subjacente à lei do valor posteriormente desenvolvida por Marx. Em suma, a demonstração de como a produção capitalista aponta para além de si mesma.

Assim, é o modo de produção capitalista que põe o comunismo como realmente possível. A própria ideia de humanidade (a explicitação do gênero humano) e, portanto, da emancipação humana é resultado positivo do mercado mundial, que, contudo, aponta para a sua negação. Isto é, resulta da necessidade de se imprimir “um carácter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países” (ibid., p.43). Por outro lado, essa expansão amplia o escopo das necessidades humanas, conferindo maior complexidade às interações sociais. Nas palavras de Marx:

No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (ibid., p.43)

Fica evidente acima que Marx entende possuir uma base concreta para avaliar diferentes formas de manifestação culturais, em contextos sociais gerais diver-

sos. A “unilateralidade” local é contraposta à universalidade posta pelo mercado mundial. Dessa noção de progresso, como já discutimos, não se deve depreender a impossibilidade de retrocessos das mais diversas ordens e nos mais diversos campos, inclusive na cultura e nas artes, assim como a contínua explosão violenta de antagonismos nacionais. Na verdade, estes são igualmente resultados necessários do processo de expansão e aprofundamento da sociabilidade burguesa.

Em suma, o desenvolvimento histórico no arcabouço teórico marxiano é intrinsecamente contraditório. Por esse motivo, deve ser visto com reservas o otimismo exagerado expresso por Marx na passagem acima, isto é, a reprodução dessa ordem social reproduz também “a estreiteza e a unilateralidade”. De todo modo, aqui e adiante importa observar em que medida erros, exageros, e inclusive atitudes que podem ser moralmente condenáveis, são suficientes para desafiar a concepção marxiana para a historicidade no âmbito do ser social. Ademais, uma vez que os textos supostamente eurocêntricos são, em geral, contrastados com os últimos escritos de Marx sobre a Rússia, faremos remissão a estes momentos de sua produção intelectual sempre que julgarmos pertinente.

Marx sobre a Índia

Dito isto, pode parecer que o debate em tela se resume a uma questão semântica, isto é, ao confronto de diferentes acepções de “progresso”. Isso não é falso, mas tampouco é tudo. Sobre textos redigidos por Marx no final da década de 1840 e início dos anos 1850, diz Kohan:

Inequívocamente, allí ubica en Occidente lo que denomina “la corriente de la civilización” de la historia mundial, de manera harto análoga a la utilizada por los defensores de una filosofía de la historia universal que, en última instancia, terminaba legitimando la preeminencia económica, política y militar occidental sobre todos los demás pueblos y comunidades. (Kohan, 2009, p.340)

Recordemos a advertência de Marx na *Introdução de 1857* sobre o desenvolvimento desigual: “Não conceber de modo algum o conceito de progresso na abstração habitual” (Marx, 2011, p.62). É precisamente este o ponto. Marx, diriam os autores com quem estamos debatendo, consideraria, ao menos durante o período identificado com o “paradigma do *Manifesto*”, o progresso à luz da “filosofia da história universal” e, portanto, seria incapaz de dar conta da forma necessariamente desigual do desenvolvimento histórico, em particular do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista no mercado mundial.⁵ Segundo Anderson, as supracitadas linhas do *Manifesto* sobre a expansão do mercado mundial:

5 Este é o caso, por exemplo: de Herrera (2008, p.211) e de Dussel (1990, p.261), para quem Marx abandona esta perspectiva definitivamente apenas no final dos anos 1870, com o contato com militantes russos (ibid., p.245); de Scaron (1972, p.8), de Bianchi (2010, p.182) e de Aricó (1982, p.54-55), que defendem que os escritos sobre a Irlanda a partir de 1867, nos quais Marx expressa a

parecem (1) ver as incursões coloniais na Ásia, incluindo a notória Primeira Guerra do Ópio da Inglaterra contra a China, de 1839-42, como, em geral, progressiva e *benéfica*; e (2) assumir que o resto do mundo, cedo ou tarde, seguiria os passos das nações da Europa ocidental mais avançadas industrialmente. (Anderson, 2010, p.9, grifo nosso)

A despeito de que no “resto do mundo”, de fato, disseminou-se a sociabilidade capitalista, o que Anderson quer dizer é que a forma dessa expansão, na concepção marxiana para o desenvolvimento histórico neste e em outros textos, seria de um “unilinearismo implícito”, “por mais perturbador que possa ser seu etnocentrismo” (ibid.). Tal suposto “louvor às conquistas do colonialismo ocidental” (ibid., p.10) reapareceria nos textos em que Marx analisa questões que envolvem países asiáticos nesse período de sua produção intelectual. Seria este o caso dos famosos escritos sobre a Índia, publicados no *New York Daily Tribune* em 1853.

Apesar de muito comentados, o contexto da redação dos primeiros artigos de Marx sobre a Índia é em geral pouco discutido, embora ofereça elementos importantes para entendê-los. Como aponta Kohan, os textos de Marx, “*como cualquier otro producto científico, cultural y filosófico de la humanidad*” (Kohan, 2009, p.336), devem ser considerados historicamente. Além disso, acreditamos que Kohan (ibid., p.347-348) e Anderson (2010, p.12) estejam corretos quanto à necessidade de considerar esses e outros artigos jornalísticos como parte do cânone marxiano. Nesse sentido, afirmamos a necessidade de considerá-los, adicionalmente, à luz do arcabouço teórico marxiano.⁶

Ademais, não se pode deixar de levar em conta o que Silva (2012) chamou de “estilo literário de Marx”, uma vez que não raro as metáforas escolhidas por Marx, assim como o tom por vezes pesado de suas críticas, servem de base para acusá-lo de etnocentrismo.

No início da década de 1850, Marx teve de aceitar a oferta de emprego como correspondente internacional do *New York Daily Tribune*. Encarregado da análise

convicção de que a primeira condição para a revolução proletária na Inglaterra seria a emancipação nacional irlandesa, marcam uma virada no pensamento de Marx; e de Kohan (2009, p.348-353), que vê a partir de fins dos anos 1850, com a redação do *Grundrisse*, uma verdadeira ruptura no pensamento de Marx no que diz respeito à relação “*del capital europeo occidental con los pueblos y países de la periferia colonial o dependiente*” (ibid., p.349).

6 Kohan reconhece que já em *A ideologia alemã* Marx rechaçara “*los arrogantes intentos que pretendían explicar toda la historia de la humanidad desde un esquema-receta de matriz filosófica universal*” (Kohan, 2009, p.338). No entanto, diante da paradoxal aproximação de Marx a “*esa misma filosofía universal*” nos textos associados ao “*paradigma del Manifiesto*” (ibid., p.339), Kohan propõe a desagregação analítica do pensamento de Marx em três níveis, com “*temporalidades y ritmos de elaboración netamente diferenciales: 1) un nivel filosófico; 2) un nivel científico – principalmente en este caso historiográfico y antropológico y 3) un nivel político*” (ibid., p.346). Já Anderson vê em *A ideologia alemã* um esboço de modelo unilinear de desenvolvimento devido à ausência do “modo de produção asiático” (Anderson, 2010, p.10).

dos principais assuntos político-econômicos europeus, a aproximação a questões relativas à expansão da sociabilidade burguesa, especialmente por obra do colonialismo britânico, foi inevitável e, pode-se dizer, tomando sua obra como um todo, providencial, uma vez que a temática da expansão capitalista no mercado mundial sem dúvidas ajudou Marx no posterior desenvolvimento de sua *Crítica da economia política*.

Especificamente sobre a Índia, Marx escreveu um total de 33 artigos, doze dos quais em 1853, quinze em 1857 e seis em 1858 (Ahmad, 1992, p.231). Se os 21 últimos escritos foram inspirados pela grande rebelião anticolonial de 1857 (a Revolta dos Cipaios) e seus resultados, o primeiro grupo de textos teve por motivação um importante debate sobre a forma da dominação britânica no país. Como anuncia em artigo de 24 de maio de 1853: “A permissão da Companhia das Índias Orientais expira em 1854, lorde John Russel noticiou na Casa dos Comuns que o governo estará apto a pronunciar, via sir Charles Wood, suas perspectivas sobre o futuro governo da Índia em 3 de Junho” (Marx; Engels, 1975, v.12, p.103).

Segundo Ahmad, não existem sinais de interesse regular de Marx pela Índia antes daquele ano (Ahmad, 1992, p.231). Não obstante, o vultuoso comércio britânico com o país conferia a esta questão uma importância tal que o correspondente na Inglaterra do jornal de maior circulação nos EUA não poderia ignorar. Nestas condições, Marx não teve outra alternativa senão recorrer a Engels que, conforme atesta a correspondência entre os autores, demonstrava interesse por sociedades asiáticas e compartilhava com o amigo algumas de suas descobertas.⁷

Ainda que não fosse absoluto o desconhecimento da realidade indiana por Marx, o primeiro de seus artigos consagrados à questão indiana, “A dominação britânica na Índia”, de 10 de junho de 1853, copia quase que literalmente as observações que lhe foram oferecidas por Engels, na carta de 6 de junho de 1853, sobre as características fundamentais da Índia pré-colonial: a ausência de propriedade privada em sociedades asiáticas que, em verdade, Marx já havia retirado de suas leituras de Bernier;⁸ mas que, segundo Engels, explicar-se-ia pela necessidade de obras de irrigação em “grandes áreas que se estendem do Saara através da Arábia, Pérsia, Índia e Tartária até as mais altas das terras elevadas asiáticas”, cuja realização era normalmente atribuição de um governo central (Marx; Engels, 1975, v.39, p.339); e a separação do governo em três departamentos – “finanças (pilhagem em casa), guerra (pilhagem em casa e alhures) e *travaux publics* [trabalhos públicos] [...]” (ibid.) –, diagnosticando a causa da ruína da agricultura indiana no abandono do último departamento pelos invasores britânicos.

7 Como por exemplo na carta que Engels escreve a Marx, em 28 de maio de 1853 (Marx; Engels, 1975, v.39, p.325-328).

8 Como se pode depreender de sua carta a Engels de 2 de junho de 1853 (Marx; Engels, 1975, v.39, p.333-334). Para Ahmad, a aceitação desta tese de Bernier indica o quão pouco Marx sabia sobre a Índia no período da redação desses primeiros artigos (Ahmad, 1992, p.232).

Contudo, é justamente nesses primeiros textos sobre a Índia que se concentram a maior parte das críticas à análise marxiana do mercado mundial nessa época. Mais especificamente no já citado primeiro e no terceiro deles: “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”, de 22 de julho de 1853. Cabe-nos, portanto, uma breve análise desses textos segundo os critérios acima estabelecidos e em vista das questões levantadas pelos autores discutidos. Nosso ponto fundamental é verificar se esses escritos podem servir, de fato, como provas de uma posição teórica de tipo unilinear para o desenvolvimento histórico.

Precisamente, a suposta fé de Marx no desenvolvimento “sem desigualdades” (isto é, unilinear) da sociedade burguesa em toda parte assumiria alguns aspectos marcantes nos artigos em questão. Em primeiro lugar, tomaria a forma de uma espécie de determinismo segundo o qual o desenvolvimento das forças produtivas constituiria condição necessária e suficiente para transformações nas relações sociais. Isso estaria em claro contraste com análises mais maduras de Marx, não centradas “*exclusiva y limitadamente en la noción de fuerzas productivas [...]*” e que não relacionariam “*más en forma inmediata 'progreso' con fuerzas productivas [...]*” (Kohan, 2009, p.358).

Em segundo lugar, a alegada justificação das barbáries do colonialismo britânico, que já seria por si só suficientemente odiosa, reapareceria tingida de etnocentrismo (Anderson, 2010, p.2). O povo indiano, tal qual descrito por Marx, argumentam, seria incapaz de organizar e lutar por sua própria libertação nacional. Ou seja, apesar de ansiar a “*justicia social para todos los hombres y pueblos de la tierra [...]*”, Marx consideraria que “*no todos los hombres y pueblos son aptos [...]*” para atingir este objetivo (Zea, 1983, p.61). Deste modo, apenas ao proletariado europeu caberia a “*responsabilidad de conducir el motor de la historia universal [...]*” (Kohan, 2009, p.364). Tais preconceitos eurocêtricos, lugares-comuns no imaginário dos autoproclamados “povos civilizados” da época, responderiam ainda pela ideia da estagnação das sociedades ditas “bárbaras” que, desta forma, referir-se-ia não apenas a “meras designações econômicas e tecnológicas, mas a uma determinação antropológica” (Avineri apud Anderson, 2010, p.16).

Um objetivo comum aos dois textos sobre a Índia em tela, a rigor, é informar aos leitores do *New York Daily Tribune* sobre a forma peculiar da dominação britânica *vis-à-vis* a formas pretéritas de dominação externa. Segundo Marx: “Não pode [...] haver dúvidas de que a miséria infligida pelos britânicos ao Indostão é de tipo essencialmente diferente e mais intensa do que tudo o que teve de sofrer antes o Indostão” (Marx; Engels, 1975, v.12, p.126). Não se trata, segue Marx, “do despotismo europeu erguido sobre o despotismo asiático”, o que não distinguiria a dominação britânica da holandesa (ibid.). Acreditamos que Marx ressalta, neste ponto, precisamente a prioridade à dominação abstrata imposta pela dinâmica de acumulação de capital, no modo de produção capitalista, sobre as formas diretas de dominação externa (saques, extorsões etc.), centrais em modos pré-burgueses de produção.

Essas pequenas formas estereotipadas de organismos sociais foram em sua maior parte dissolvidas, e estão desaparecendo, não tanto pela brutal interferência dos coletores de impostos britânicos e pelo soldado britânico, mas pela ação do vapor britânico e do livre mercado. (ibid., p.131)

No “A dominação britânica na Índia”, contudo, Marx anuncia apenas implicitamente, de modo demasiado ambíguo, a dimensão potencialmente “regeneradora” da destruição britânica. Enquanto as anteriores “guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fome, estranhamente complexas, rápidas e destrutivas como podem parecer em sua ação sucessiva no Indostão, não foram além de sua superfície”, a forma especificamente capitalista da dominação britânica dissolvia toda a organização social indiana, sem apontar qualquer sinal de reconstrução (ibid., p.126).

Marx fez questão, contudo, de diferenciar-se, logo ao princípio do texto, dos românticos cuja crença em “uma idade de ouro do Indostão” (ibid.) era o cartaz de uma crítica moralista ao imperialismo britânico, como, por exemplo, a de Carey e a do próprio *New York Daily Tribune* em que escrevia. De fato, como informa a Engels em carta de 14 de junho de 1853, Marx recebera de Carey seu novo livro que estava sendo incensado pelo *New York Daily Tribune* (Marx; Engels, 1975, v.39, p.345-346). Acreditamos, junto com Pradella (2015, p.121), que aqui possamos encontrar uma chave para compreender a forma um tanto agressiva com que Marx descarta a solução romântica no primeiro e terceiro textos sobre a Índia, assunto ao qual voltaremos mais adiante.⁹

Imediatamente em seguida, o autor mostra seu desprezo pelos que, por outro lado, acreditavam que o colonialismo não produzia se não “o progresso geral da Índia” (ibid., p.122), como era o caso de Charles Wood, membro do parlamento inglês (ibid., p.126). É nesse contexto, como aponta Ahmad (1992, p.235), que surge a ideia da dupla missão da dominação britânica, ao mesmo tempo destruidora e regeneradora, em “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”. Ao pé da letra: “A Inglaterra tem de cumprir uma dupla missão na Índia: uma destrutiva, outra regeneradora – a aniquilação da velha sociedade asiática e a edificação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia” (Marx; Engels, v.12, p.217-218).

De saída, a ideia da construção dos fundamentos da sociedade ocidental pode causar estranheza. Contudo, como Marx aponta passados quase trinta anos, no “Primeiro esboço” da célebre “Carta a Vera Ivanovna Zasulich”, de 8 março de 1881, a impossibilidade da evolução das formas comunais de propriedade, que vigoravam “desde sempre” nas “Índias Orientais” (Marx; Engels, 2013, p.92),

9 A propósito, para Marx, tanto Carey quanto o *New York Daily Tribune* “têm em comum, que, sob o embuste de um socialismo sisonondiano-filantropico, anti-industrialista, representam o protecionismo, i.e., a burguesia industrial da América. Essa é também a chave para o mistério do porquê de o *Tribune* apesar de todos os seus ‘ismos’ e floreios socialistas, consegue ser o ‘jornal líder’ nos Estados Unidos” (Marx; Engels, 1975, v.39, p.346).

em uma forma comunista de relações de produção, deve-se ao fato de que, à diferença da Rússia, a Índia “foi vítima” da conquista estrangeira, antes da qual vivia “isolada do mundo moderno” (ibid., p.90).

Portanto, na visão de Marx, a dissolução violenta das formas comunais de propriedade naquele vasto espaço geográfico, no qual a dominação britânica vinha de se consumir, era mesmo inevitável. Aliás, não custa lembrar que, neste caso, a história deu-lhe razão. Como veremos, não foi essa a mesma sorte de todas suas suposições sobre o desenvolvimento histórico indiano. Contudo, como indica o título do artigo de 22 de julho, “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”, era exatamente com conjecturas sobre os possíveis resultados da colonização da Índia que Marx pretendia concluir suas observações sobre o país e evitar, de modo mais consistente, qualquer possível associação de suas ideias às utopias romântico-burguesas.

Fiel, portanto, à perspectiva histórica solidamente defendida em *A ideologia alemã* e em *Miséria da filosofia*, cabia a Marx analisar em que medida, apesar de destrutivo, o colonialismo britânico colocava a possibilidade da libertação nacional indiana, pré-requisito para uma organização social superior. Aliás, critérios historicamente concretos constituíam a base de Marx para apontar que uma determinada sociedade era superior a outra. Assim, os sucessivos conquistadores pré-capitalistas da Índia, “[á]rabes, turcos, tártaros mongóis, [...] rapidamente foram hinduizados [sic], os conquistadores bárbaros sendo, por uma lei eterna da história, eles próprios conquistados pela civilização superior que subjugavam” (Marx; Engels, v.12, p.218, destaque do autor). Não obstante: “Os britânicos foram os primeiros conquistadores superiores e, portanto, inacessíveis para a civilização hindu”¹⁰ (ibid.).

Segundo Marx, a obra regeneradora da dominação britânica, que com muita dificuldade podia ser notada por detrás dos escombros da destruição colonial, tinha por primeira condição a “unidade política da Índia [...]” (ibid.). A Índia pré-colonial, acreditava o autor com base em um relatório oficial do parlamento britânico (Pradella, 2015, p.116), redundava em “um sistema social de características particulares – o chamado *sistema de aldeias* [*village system*], que conferiu a cada uma dessas pequenas unidades uma organização independente e uma vida distinta” (ibid., p.128, destaques do autor, adendo nosso). Isso se devia à supracitada necessidade de grandes obras públicas – “a condição primordial de sua agricultura e comércio” (Marx; Engels, v.12, p.128) –, somada à concentração da

10 Não nos causa espanto que os esboços para a Carta a Vera Ivanovna Zasulich, de 8 de março de 1881, contenham avaliação praticamente idêntica a que acabamos de citar. Explicando o porquê da possibilidade da evolução da propriedade comunal, que ainda vigorava na Rússia, em uma forma comunista de apropriação da natureza, diz Marx: “A Rússia [...] é contemporânea de uma cultura superior e encontra-se ligada a um mercado mundial” (Marx; Engels, 2013, p.105). Ademais, a ideia subjacente de progresso transparece quando o autor diz que: “a formação arcaica da sociedade nos revela uma série de tipos diferentes, marcando as épocas progressivas” (ibid.).

população indiana em pequenos centros dispersos por um vasto território, como em uma “Itália de dimensões asiáticas”, nos quais se conjugavam agricultura e manufatura¹¹ (ibid., p.125).

Ainda segundo o autor, o isolamento das aldeias entre si fornecia sólida base para o despotismo oriental¹² (ibid., p. 132). Se a dominação britânica, por um lado, apenas substituiu o despotismo oriental pelo despotismo colonial, por outro, a própria forma dessa dominação impunha à Índia uma unidade forçada que seria “perpetuada e fortalecida pelo telégrafo elétrico” (ibid., p.218). Como adiantara no texto de 24 de junho de 1853, sobre a história da Companhia britânica das Índias Orientais, Marx acreditava que:

quanto mais o interesse industrial [britânico] tornava-se dependente do mercado indiano, tanto mais sentia a necessidade de criar novas forças produtivas na Índia, após ter arruinado a indústria nativa. Não se pode continuar a inundar um país com manufaturas, a não ser que se possibilite que ele dê algum produto em retorno. (ibid., p.154-155, adendo nosso)

Repetindo a mesma avaliação no texto seguinte, “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”, Marx aponta para a falta de meios de escoamento e intercâmbio dos produtos como causas da paralisação das forças produtivas indianas (ibid., p.219). A ligação entre as comunidades antes isoladas seria oferecida, seguindo os interesses da burguesia britânica, pela instalação de ferrovias; assim como o transporte marítimo a vapor possibilitava “comunicação rápida e regular com a Europa [...]” (ibid., p.218). Em suma, o progresso material indiano deixava de ser mero interesse “transitório e excepcional” das classes dominantes britânicas (ibid.).

O autor concedia especial importância à emergência de encadeamentos produtivos derivados da implantação do sistema de linhas férreas no país. Em primeiro lugar, as ferrovias poderiam ser “facilmente utilizadas para propósitos agrícolas, como a formação de tanques onde a terra é necessária para construção de diques, e pela distribuição de água ao longo das diversas linhas” (ibid., p.219). Em segundo lugar, no que diz respeito à indústria mecanizada, Marx acreditava que após a introdução de maquinário de transporte em um país rico em ferro e carvão não se poderia evitar sua fabricação¹³ (ibid., p.220). Na explicação do autor:

11 No *Formas que precederam a produção capitalista*, Marx mantém a ideia de que na “forma asiática [...] há um círculo da produção autossustentável, unidade de agricultura e manufatura etc.” (Marx, 2011, p.398).

12 Notemos de passagem que, no *Primeiro esboço* à supracitada carta a Vera Zasulich, Marx aponta que o isolamento, “uma característica da ‘comunidade agrícola’ na Rússia que a fragiliza, tornando-a hostil em todos os sentidos [...] onde se encontra, fez surgir um despotismo mais ou menos central, que paira sobre as comunas” (Marx; Engels, 2013, p.95).

13 No *Segundo esboço* da já mencionada carta a Zasulich, pode-se perceber claramente como essa avaliação parte da compreensão de que o modo de produção capitalista tem um caráter mundial.

Não se pode manter uma rede de ferrovias em um imenso país sem introduzir todos aqueles processos industriais necessários às demandas correntes e imediatas da locomoção ferroviária, dos quais deve emergir a aplicação de máquinas nos ramos industriais não imediatamente conectados com as ferrovias. O sistema ferroviário, portanto, tornar-se-á na Índia o verdadeiro precursor da indústria moderna. (ibid.)

A desorganização social causada pela invasão britânica e a resultante industrialização do país, em suma, dissolveriam “a divisão hereditária do trabalho, sobre a qual se apoiam as castas indianas, esse decisivo entrave à potência e ao progresso indianos” (ibid., p.221). É verdade que os prognósticos de Marx a respeito da industrialização do país provaram-se equivocados. Sobre isso, concordamos com Ahmad que, “do ponto de vista histórico, o estatuto dos escritos de Marx sobre as possíveis consequências do colonialismo britânico na Índia não é teórico, mas conjectural e especulativo” (Ahmad, 1992, p.226). Ou seja, ainda que eles devam ser considerados partes integrantes da obra de Marx como um todo e que através deles possamos compreender melhor aspectos importantes da teoria marxiana, cada texto deve ser tomado como o que é, isto é, segundo os objetivos que motivaram sua redação. O que Marx oferece nos artigos do *New York Daily Tribune* são análises de conjuntura e avaliações sobre seus possíveis resultados.

Assim, é possível compreender que, apesar de não romper com sua teoria para o desenvolvimento histórico no âmbito do ser social, Marx revisou, *post festum*, suas primeiras análises prospectivas sobre os efeitos da dominação colonial britânica. Essa reavaliação pode ser encontrada no Livro III de *O capital*, quando afirma que “difícilmente a história de um povo apresentará experimentos econômicos tão desacertados e realmente estúpidos (na prática infames) como os da administração colonial inglesa na Índia” (Marx, 2008, p.445); e na breve alegação de que na Índia “a supressão da propriedade comum do solo não passou de um ato de vandalismo inglês, que não impulsionou o povo indiano para frente, mas o empurrou para trás” (Marx; Engels, 2013, p.108), contida no “Terceiro esboço” da carta para Zasulich de 1881. Ou ainda em carta à Danielson, escrita pouco antes, na qual caracteriza a transferência de riquezas da Índia para a Inglaterra como “um processo furioso de sangramento!” (Marx; Engels, 1975, v.46, p.63).

Se, por um lado, não se pode deixar de notar a escassez de experiências históricas similares, no início dos anos 1850, nas quais Marx poderia ter baseado sua avaliação, por outro, a revisão da posição sobre o efeito da dominação colonial no desenvolvimento das forças produtivas da colônia denota uma salutar predisposi-

Assim, há a possibilidade de que o desenvolvimento das forças produtivas em uma localidade seja replicado alhures, o que, ademais, já havia sido argumentado em *A ideologia alemã* (Marx; Engels, 2007, p.55). Em suas palavras: “Se os adeptos do sistema capitalista na Rússia negarem a possibilidade de tal combinação, que eles provem que, para explorar as máquinas, a Rússia foi obrigada a passar pelo período de incubação da produção mecânica” (Marx; Engels, 2013, p.105). Sobre o tom excessivamente otimista de Marx no texto de 1853, falaremos em seguida.

ção a reavaliar suas análises à luz do desenvolvimento histórico. Como apontam Overbeek e Silva: “*aquí nos encontramos con una de las pruebas más elocuentes de que Marx nunca fue prisionero de sus propias afirmaciones*” (Overbeek; Silva, 1986, p.125).

Ademais, ainda que não nos pareça correto afirmar que as análises de 1853 sobre a Índia explicitem uma perspectiva histórica unilinear, acreditamos que esta questão possa servir como indicativo da evolução intelectual de Marx no que diz respeito ao mercado mundial. Apenas do alto de sua pesquisa sobre as formas da transferência internacional do mais-valor, Marx poderia afirmar com segurança que a dominação colonial, via de regra, não aciona um processo de industrialização¹⁴ ou, no máximo, o faz apenas de maneira subordinada às necessidades dos países mais economicamente avançados. Isto é, nos anos 1850, Marx certamente ainda precisava avançar muito na sua compreensão dos determinantes econômicos do desenvolvimento desigual no mercado mundial, o que pôde fazer com a retomada de seus estudos para a *Crítica da economia política* no início dos anos 1860.

Perspectivas sobre a luta anticolonial

No entanto, nem todas as projeções de Marx nestes textos falharam. Em “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”, o autor concedeu especial atenção à formação de um exército nativo, “organizado e treinado pelo sargento instrutor britânico”, uma condição “*sine qua non* da autoemancipação indiana e para que a Índia deixe de ser presa do primeiro conquistador estrangeiro” (Marx; Engels, 1975, v.12, p.218). É importante jogar luz no fato de que, contrariamente ao que pensam Kohan (2009, p.364), Bianchi (2010, p.181) e Aricó (1982, p.75-76), entre outros, o primeiro horizonte político de Marx desde as análises iniciais do colonialismo britânico na Índia era o da libertação nacional autóctone.

Notemos de passagem que, um pouco antes de seus primeiros escritos sobre a Índia, Marx não apenas compreendera a Rebelião Taiping na China como uma “revolução formidável” (Marx; Engels, 1975, v.12, p.93), como nunca deixou de considerar o proletariado europeu (mais especificamente, o britânico) como central na luta pelo comunismo. Isso fica patente tanto nos escritos sobre a questão irlandesa, como em carta a Meyer e Vogt de 1870: “Inglaterra, como metrópole do capital, como potência ainda dominante do mercado mundial, é no presente o país mais importante para a revolução dos trabalhadores” (Marx; Engels, 1975, v.43, p.475). Ou mesmo no tardio Prefácio à edição russa do *Manifesto do partido comunista*, de 1882, escrito em parceria com Engels, no qual assevera que a comunidade rural russa poderia desenvolver-se em uma forma comunista “se a Revolução

14 Por exemplo, no Livro I de *O capital*, Marx afirma que a política protecionista dos Estados europeus extirpava “violentamente toda a indústria dos países que lhes eram contíguos e deles dependiam, como ocorreu, por exemplo, com a manufatura irlandesa de lã por obra da Inglaterra” (Marx, 2013, p.826).

Russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra [...]” (Marx; Engels, 2013, p.125).

Como sempre no caso de Marx, essas avaliações eram fundamentadas por estudos e análises de conjuntura, como explica em circular privada enviada ao Comitê de Brunswick do *Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães* através de seu amigo Kugelmann, em 28 de março de 1870:

Embora a *iniciativa* revolucionária deva provavelmente partir da França, apenas a Inglaterra pode atuar como uma alavanca em qualquer revolução *econômica* digna desse nome. Ela é único país onde não há mais camponeses e onde a propriedade da terra está concentrada em pouquíssimas mãos. É o único país em que quase toda a produção assumiu a *forma capitalista*, ou, em outras palavras, com o trabalho combinado, em vasta escala, com padrões capitalistas. É o único país onde a *grande maioria da população consiste de trabalhadores assalariados*. O único país onde a luta de classes e a organização da classe trabalhadora em *sindicatos* alcançaram realmente um grau considerável de maturidade e universalidade. Devido ao domínio que exerce no mercado mundial, é o único país onde toda a revolução no sistema econômico terá repercussões imediatas no restante do mundo. Embora a nobreza rural e o capitalismo estejam mais tradicionalmente estabelecidos nesse país, é nele também que as *condições materiais* que permitem superá-los estão mais maduras. [...] A Inglaterra não pode ser considerada simplesmente um país entre outros. Ela deve ser tratada como a metrópole do capital. (Marx, 2014a, p.260, grifos do autor)

Portanto, a questão da avaliação do ponto focal da revolução proletária mundial é resultado de uma profunda reflexão teórica e prática, não de meros preconceitos eurocêtricos, como pensam alguns. A leitura acima exposta pode ser julgada, inclusive retrospectivamente, isto é, à luz de resultados históricos que Marx não teve a ocasião de presenciar. Contudo, uma vez mais, não se pode tomar linhas como as que acabamos de citar à parte de seu efetivo conteúdo: uma análise conjuntural tendo em vista preocupações estratégicas quanto às possibilidades para a revolução comunista.

Retornando à Índia, para Marx uma das possibilidades postas pelo desenvolvimento das forças produtivas no país, como vimos, seria a quebra do isolamento das comunidades aldeãs, a partir da introdução dos então mais modernos meios de comunicação. A unidade nacional era pré-condição para a emergência de um movimento de libertação nacional, cujo ideal anticolonial poderia propagar-se pela “imprensa livre, introduzida pela primeira vez na sociedade asiática e administrada pelo esforço comum de hindus e europeus [...]” (Marx; Engels, 1975, v.12, p.218). A recém criada imprensa indiana, segue Marx, “é um novo e poderoso agente de reconstrução” (ibid.). Assim, a rigor, o que Marx entendia como “regeneração” da Índia passava necessariamente pela independência do país, através de um movimento de libertação nacional indiano. Sem isso, o progresso material, que

vislumbrava como resultado da dominação britânica, não seria capaz de realizar seu potencial emancipatório. Em suas palavras:

Tudo o que a burguesia inglesa *pode* ser forçada a fazer não vai nem emancipar, nem materialmente solucionar, a condição social da massa do povo, que *depende não apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas de sua apropriação pelo povo*. Mas o que eles não falharão em fazer é *oferecer as premissas materiais* de ambos. Alguma vez a burguesia fez mais? Alguma vez realizou algum progresso sem arrastar indivíduos e povos por sangue e sujeira, por miséria e degradação? (ibid., p.221, grifos nossos)

A “apropriação pelo povo” do progresso que, contraditoriamente, a Inglaterra levava ao país, estava predicada, portanto, à luta pela emancipação que, como coerentemente pensava Marx, poderia desenvolver-se em duas frentes:

Os indianos não vão colher os frutos dos novos elementos da sociedade espalhados entre eles pela burguesia britânica, até que na própria Grã-Bretanha a classe dominante seja suplantada pelo proletariado industrial ou até que os próprios hindus estejam suficientemente fortes para jogar fora o jugo britânico de uma vez. (ibid.)

Foram necessários mais quatro anos para que Marx visse emergir uma rebelião anticolonial na Índia com força suficiente para ameaçar a dominação britânica. De fato, como relata o autor, a revolta inicia-se pela tomada do “centro tradicional do império indiano”, a cidade de Déli, de onde espalhou-se “de Calcutá ao Punjab no norte e para Rajpootana a oeste, abalando a autoridade britânica de uma ponta a outra da Índia” (Marx; Engels, 1975, v.15, p.306). Para Marx, não deve ter sido muito surpreendente o fato de que esta rebelião estourou exatamente no baixo oficialato do exército, formado e treinado pela Companhia das Índias Orientais, os chamados Cipayos. Ao criar um exército nativo, diz Marx, “a dominação britânica simultaneamente organizou o primeiro centro geral de resistência de que dispunha o povo indiano” (ibid., p.297-298). Com as informações a que tinha acesso, Marx via a rebelião como causa comum de sikhs, muçulmanos e brâmanes contra o colonialismo inglês (ibid., p.315). Como quer que fosse, assim como avaliara a Rebelião Taiping na China em 1853, para Marx os Cipayos teriam dado início a uma verdadeira “revolta nacional” (ibid., p.316).

Em suma, Marx, antes e depois de 1853, estava preocupado com a análise das possibilidades de uma revolução que aproximaria a humanidade de um mundo livre da dominação estranhada do capital e suas consequências, o que inclui, obviamente, a superação da dominação colonial. Para tanto, sabia que precisava de um sofisticado aparato categorial para captar a historicidade das sociedades humanas. Essa noção ontológica de progresso comparece com clareza no pará-

grafo que magistralmente fecha o polêmico “Os resultados futuros da dominação indiana” e que reproduzimos a seguir:

Os efeitos devastadores da indústria quando contemplados com respeito à Índia, um país tão vasto quanto a Europa, com 150 milhões de acres, são palpáveis e ambíguos. Mas não podemos esquecer que eles são apenas *resultados orgânicos da constituição atual do sistema de produção como um todo*. Que a produção apoia-se na *dominação suprema do capital*. Que a centralização do capital é essencial para a existência do capital como *poder independente*. Que a influência destrutiva de tal centralização sobre os mercados do mundo apenas revela, nas dimensões mais gigantes, as leis orgânicas inerentes da economia política que atualmente vigoram em toda cidade civilizada. O período burguês da história deve criar a base material do mundo novo – de um lado, *relações universais* fundadas sobre a dependência mútua da humanidade, e os meios para essas relações; de outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas humanas e a transformação da produção material em *dominação científica das determinações naturais*. [...] Quando uma grande revolução social dominar os resultados da época burguesa, o mercado do mundo e as modernas forças de produção e sujeitá-los ao controle comum dos povos mais avançados, apenas aí o progresso humano cessará de parecer-se com o horrendo ídolo pagão que bebe o néctar do crânio do sacrificado. (Marx; Engels, 1975, v.12, p.222, grifos nossos)

O progresso posto pelo capitalismo (desenvolvimento das forças produtivas, domínio da natureza e relações humanas mundialmente universais), portanto, põe a possibilidade do “mundo novo”. Como foi dito algumas vezes, esse progresso se realiza contraditoriamente: o que não impede sua identificação, mas com certeza turva seus resultados. Neste espírito Marx repete, nas anotações de 1881 sobre a questão da comuna rural russa, um princípio discutido desde o final dos anos 1840:

De um lado, ela [a produção capitalista] desenvolveu de forma maravilhosa as forças produtivas da sociedade, mas, de outro, trouxe consigo sua própria incompatibilidade com as forças que ela mesma engendra. Sua história dali por diante nada mais é que uma história de antagonismos, crises, conflitos, desastres. (Marx; Engels, 2013, p.104)

É porque não estava isolada do mundo, nem sofria dominação direta estrangeira, que a Rússia poderia “apropriar-se dos resultados positivos desse modo de produção”, estando, portanto, “em condições de desenvolver e transformar a forma ainda arcaica de sua comuna rural em vez de destruí-la” (ibid., p.105). É porque a Índia fora presa da invasão britânica que suas formas pré-coloniais de propriedade dissolver-se-iam na forma burguesa, conferindo ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção no país um caráter peculiar. Por isso que, nas palavras de

Overbeek e Silva: “*la realidad contemporánea no puede ser comprendida sin una introspección en las diferencias entre los modos de producción, con los cuales el capitalismo entró en contacto en su voraz saqueo a nivel mundial*” (Overbeek; Silva, 1986, p.126).

Reconhecer que o desenvolvimento do modo de produção capitalista põe, na Rússia, na Índia ou em qualquer lugar, possibilidades emancipatórias não significa louvar o capitalismo, muito menos saudar a dominação colonial ou mesmo tratá-la como um mal menor. Se existem diferenças substanciais entre esses diferentes grupos de textos distantes entre si quase trinta anos, e acreditamos que existam, elas se devem mais aos diferentes contextos sócio-históricos dos países analisados e ao acúmulo de experiências históricas da forma moderna de colonialismo, acompanhadas atentamente por Marx, assim como ao desenvolvimento de sua compreensão do processo de acumulação de capital como um todo, do que a suas posições teóricas sobre o desenvolvimento histórico.

Considerações finais

Com Ahmad, achamos curioso que os que se apoiam nesses primeiros escritos sobre a Índia para acusar Marx de eurocentrismo deem muito pouca (ou nenhuma) atenção ao que historiadores “anti-imperialistas” indianos têm a dizer sobre essas questões (Ahmad, 1992, p.223). No que diz respeito aos aspectos progressivos por trás do horror colonial, para Chandra:

a maior parte dos escritores anti-imperialistas concordaria com Marx. Todos, sem exceção, aceitam que os ingleses introduziram algumas mudanças estruturais e quase todos eles saúdam essas mudanças [...]. Suas críticas não são nunca meramente ou mesmo principalmente sobre a desintegração do ordenamento social tradicional pela dominação britânica, mas que a estruturação e construção do novo era postergada, frustrada e obstruída. (Chandra apud Ahmad, 1992, p.230)

O supracitado historiador indiano acrescenta que uma série de “escritores anti-imperialistas” do país não condenaram “a destruição da estrutura econômica pré-britânica, a não ser nostalgicamente e na forma de simpatia que qualquer homem decente teria, como por exemplo Marx mostrou, pela perda do velho mundo dos ‘pobres hindus’” (ibid.). Além disso, se em certos aspectos a caracterização do modo pré-colonial de produção indiano foi equivocada, deve-se ter em conta a evolução da historiografia a esse respeito. Segundo Mukhia:

A noção de mudanças significativas na economia e sociedade indianas pré-colonial é um advento recente na historiografia indiana e não é necessário grande esforço para explicar o desconhecimento de Marx a esse respeito [...]. Ainda assim, a diferença significativa sugerida por Marx no ritmo e natureza das mudanças na sociedade indiana pré-colonial *vis-à-vis* à Europa pré-moderna continua um

importante indicador das diferentes trajetórias de desenvolvimento que aquelas sociedades seguiram para entrar no mundo moderno. [...] Mudanças na Índia são de longo prazo e graduais; elas têm o efeito de modificar as técnicas de produção existentes e a organização social da produção; mas elas raramente superam estruturas sociais e econômicas existentes e a substituem por uma nova, por um novo modo de produção. (Mukhia apud Ahmad, 1992, p.232-233)

As palavras de Mukhia são importantes para nossa discussão porque, entre outras coisas, ajudam a contextualizar a noção de estagnação (ou imutabilidade) das sociedades asiáticas presente nos artigos do *New York Daily Tribune*, assim como no “multilinear” *Formas que antecederam a produção capitalista*,¹⁵ em *O capital*¹⁶ e até mesmo na avaliação prospectiva do desenvolvimento da comuna rural russa em 1881. Neste caso, uma vez mais, diga-se de passagem, o “isolamento” das comunidades rurais russas guarda, para Marx, forte correlação com sua relativa imutabilidade:

Mas e a maldição que atinge a comuna? (Isto é, seu **isolamento**, falta de ligação entre a vida de uma comuna e a das demais, esse *microcosmo localizado* que até agora **lhe interditou toda e qualquer iniciativa histórica**). (Marx; Engels, 2013, p.112, grifos em itálico do autor, grifos em negrito nossos)

Ainda que baseadas em erros historiográficos ou explicadas por hipótese que se mostraram falsas, não se pode deixar de notar que se trata de comparações históricas. Mais especificamente, comparações com um modo de produção cujo dispositivo interno, a valorização do valor, produz mudanças históricas a uma velocidade sem precedentes. Sucintamente, a estagnação, no sentido de Marx, é relativa, em vez de absoluta.

Não é tão simples, portanto, defender que as posições de Marx sobre a Índia e países asiáticos em geral sejam frutos de meros preconceitos. Ademais, deve-se colocar em justo lugar a escolha de certas metáforas para referir-se à condição indiana, como, por exemplo, a que está contida na seguinte afirmação:

A Índia, assim, não poderia escapar do destino de ser conquistada e a totalidade de sua história pregressa é a história das sucessivas conquistas sofridas por ela. A sociedade indiana não tem história alguma, ao menos não tem história conhecida. (Marx; Engels, 1975, v.12, p.217)

15 “A forma asiática é a que necessariamente se mantém com mais tenacidade e por mais tempo” (Marx, 2011, p.398).

16 “Por outro lado, quando a forma natural da renda do solo, que, na Ásia, constitui o elemento fundamental do imposto estatal, baseia-se em relações de produção que se reproduzem com a imutabilidade de condições naturais, aquela forma de pagamento conserva retroativamente a antiga forma de produção” (Marx, 2013, p.214).

Não menos agressiva é a referência à estagnação relativa das sociedades asiáticas, mais especificamente da China, com o termo “estupidez hereditária” (ibid. p. 94), e, por que não dizer, ao “embrutecimento da vida rural” no feudalismo europeu (Marx; Engels, 2010, p.44).

Não se pode pretender enxergar por trás dessa escolha de palavras uma posição teórica, sem se levar em conta os textos que explicitamente defendem posições teóricas, tais como *A ideologia alemã*, *Miséria da filosofia*, *Manuscritos econômico-filosóficos* etc., só para citar alguns escritos anteriores à suposta ruptura com o “paradigma do *Manifesto*”. Ademais, não se pode pensar essa questão na ausência de referências ao estilo literário de Marx como um todo. Assim, por exemplo, a passagem que citamos acima não é a única na qual Marx utiliza-se da metáfora da “ausência de história”. Em *A ideologia alemã*, o país natal de Marx mereceu este epíteto (Marx; Engels, 2007, p.34) e, como acabamos de citar, Marx não deixou de apontar a “falta de iniciativa histórica” da comuna rural russa. Enfim, se de sua pena saíam colocações agressivas, não se pode esquecer que ele não as reservava para a Ásia ou qualquer outro continente, região ou povo. Em “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”, por exemplo, é profundamente hipócrita e inerentemente bárbara a civilização burguesa (Marx; Engels, 1975, v.12, p.221); no texto anterior sobre a Índia, é “imbecil” o rei inglês (ibid., p.150); n’*O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, os camponeses franceses, aquela “massa imatura” (Marx, 2011a, p.79), não eram “capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados” (ibid., p.143) etc.

Igualmente forçada é a tentativa de explicar esses supostos desvios morais pela herança hegeliana de Marx. Para tanto, a escolha de outros floreios estilísticos presentes nos textos sobre a Índia servem de apoio: “ferramenta inconsciente da história” (Marx; Engels, 1975, v.12, p.132); “destino” (ibid.) etc.¹⁷ Também neste caso não são poucos os exemplos de textos nos quais Marx vale-se da atribuição metafórica de propriedades humanas à história ou a determinadas estruturas sociais, uma vez que o objetivo teórico do autor é, precisamente, captá-las em seu movimento próprio. Neste caso, a advertência de Silva nos parece sumamente importante:

Façamos justiça ao estilo literário de Marx: respeitemos suas metáforas como metáforas. E façamos justiça às suas teorias científicas: não as confundamos com seus apoios metafóricos. Boa parte do “determinismo” e do “esquematismo” que os teóricos burgueses costumam reprovar em Marx provêm dessas confusões, difundidas lamentavelmente por marxistas. (Silva, 2012, p.55)

Em suma, da perspectiva da obra de Marx como um todo, o uso de algumas metáforas nos textos que discutimos nesta seção, gostemos delas ou não, não

¹⁷ Como, por exemplo, para Zea (1983, p.64).

pode ser suficiente para se ler ao reverso sua teoria da história. Há certamente uma importante evolução no pensamento de Marx nas décadas de 1850 e 1860, o que é amplamente reconhecido e não estamos dispostos a negar. Também é certo que essa evolução comparece em artigos de jornal e avaliações conjunturais em geral realizadas pelo autor. Enfim, podemos julgar e condenar Marx por seu estilo literário muitas vezes agressivo, o uso acrítico da terminologia de sua época,¹⁸ por suas avaliações de conjuntura e conclusões estratégicas etc.

No entanto, nos esforçamos por demonstrar que nada disso indica adesão a algum tipo de filosofia universal da história da parte de Marx. Isto é, não há ruptura na obra de Marx a esse respeito, embora haja um (quase) contínuo aprofundamento das posições teóricas defendidas desde os anos 1840, a ponto de dotar o autor, do alto de sua tardia *Crítica da economia política*, com o instrumental categorial necessário para se compreender as complexas inter-relações que conformam o mercado mundial (embora esta tarefa não tenha sido completada). Reafirmamos que se trata, no fundo, de uma questão de compreensão da teoria de Marx para o desenvolvimento histórico, condição necessária, aliás, para se pensar o desenvolvimento desigual a partir da obra do autor.

Referências bibliográficas

- AHMAD, A. Marx on India: a Clarification. In: AHMAD, A. *In Theory: Classes, Nations, Literatures*. London: Verso, 1992.
- ANDERSON, K. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BIANCHI, A. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*. Revista de Sociologia Política, v.9, n.16, p.177-203, Florianópolis, abr. 2010.
- DUSSEL, H. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. Iztapalapa: Siglo XXI, 1990.
- HERRERA, R. Theories of the capitalist world-system. In: BIDET, J.; KOUVELAKIS, S. *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden: Brill, 2008.
- KOHAN, N. *Marx en su (tercer) mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2009.
- LUKÁCS, G. Los fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos. In: LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

18 Como, por exemplo, do par dicotômico “civilização” e “barbárie” para referir-se ao mundo europeu ocidental e às regiões nas quais vigoravam modos pré-capitalistas de produção.

- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. Inglaterra, metrópole do capital. In: MUSTO, M. *Trabalhadores, uni-vos!:* antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014a.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Marx and Engels Complete Works (MECW)*. 50v. Moscou: Progress, 1975.
- _____. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemão em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OVERBEEK, H.; SILVA, P. Marx y el tercer mundo. *Revista Mexicana de Sociología*, v.48, n.1, p.115-134, Ciudad de México, jan.-mar. 1986.
- PRADELLA, L. *Globalization and the Critique of Political Economy*: New Insights from Marx's Writings. Oxon: Routledge, 2015.
- SCARON, P. A modo de introducción. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América Latina*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.
- SILVA, L. *O estilo literário de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ZEA, L. Visión de Marx sobre América Latina. *Nueva Sociedad*, n.60, p.59-66, Buenos Aires, mayo-jun. 1983.

Resumo

Este artigo oferece um aporte em uma importante polêmica em torno dos escritos de Marx sobre o colonialismo. Não são poucos os autores, inclusive marxistas, que apontam nestes escritos sinais de uma concepção determinista, unilinear etc. na evolução intelectual de Marx (pelo menos, até meados dos anos 1850). Do alto das contundentes críticas à filosofia da história elaboradas pelo autor ao longo dos anos 1840, propomos uma releitura de textos de Marx sobre o colonialismo que visa rebater os posicionamentos acima referidos, que têm recebido ampla aceitação.

Palavras-chave: Marx; colonialismo; ontologia; teoria da história; desenvolvimento desigual.

Abstract

This paper offers an assessment in an important debate on Marx's writings about colonialism. Many authors, including Marxists, interpret those texts as overtly historically deterministic, at least until a certain period of Marx's intellectual activity (at least until the end of the 1850's). Departing from his deep critic of philosophy of history elaborated during the 1840's, we intend to reinterpret those texts about colonialism in a way that is sufficient to condemn the previously cited widely accepted interpretations.

Keywords: Marx; colonialism; ontology; theory of history; unequal development.